



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA COLEGIADA

ATA Nº 31 DA DIRETORIA COLEGIADA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2025.

No dia **15 de setembro de 2025, às 10h00**, reuniram-se os seguintes membros da Diretoria Colegiada: a Presidenta, **Joenia Wapichana**, a Diretora de Administração e Gestão, Sr.^a **Mislene Metchacuna Martins Mendes**; a Diretora de Gestão Ambiental e Territorial, Sr.^a **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**, a Diretora de Proteção Territorial, Sr.^a **Maria Janete Albuquerque de Carvalho**; a Diretora dos Direitos Humanos e Políticas Sociais, Sr.^a **Pagu Rodrigues da Silva**, o Diretor de Demarcação de Terras Indígenas, Sr. **Manoel Batista do Prado Junior**; assim como, na condição de convidados (sem direito à voto), o Procurador Federal da Funai, Sr. **Henrique Augusto Gabriel**, o Coordenador-Geral de Gestão Estratégica, Sr. **Artur Nobre Mendes** e a Coordenadora de Governança Institucional, Sr.^a **Patrícia Sommer**.

ASSUNTOS SUBMETIDOS À DIRETORIA COLEGIADA:

1. PROCESSO N.º 08748.000046/2025-63 - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

1.1. Trata-se da proposição pelo Ministério Público de Trabalho do Termo de Ajuste de Conduta (SEI nº 8956960) tendo por objetivo impor à Fundação Nacional dos Povos Indígenas obrigações relacionadas à segurança de embarcações fluviais e outras demandas relacionadas à segurança do trabalho no Estado do Pará. Foi designada audiência para o dia 26 de setembro de 2025, ocasião em que a Funai deverá manifestar-se, de forma definitiva, quanto à assinatura do referido TAC ou, alternativamente, quanto à judicialização da demanda por parte do MPT.

1.2. Nesse sentido, a reunião teve início com a análise das obrigações previstas no TAC em negociação. O Colegiado discutiu os dispositivos propostos, destacando-se a presença de exigências que extrapolam a competência institucional da Funai, a exemplo da construção de alojamentos para servidores em comunidades indígenas e do cumprimento de obrigações atribuídas a empresas terceirizadas.

1.3. Ressaltou-se, por outro lado, a relevância do registro das embarcações da Funai junto à Capitania dos Portos, bem como da elaboração de normativos internos voltados à segurança dos servidores, especialmente no que se refere ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), coletes salva-vidas e demais medidas preventivas.

1.4. Diante do exposto, deliberou-se que a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai (PFE/Funai) deverá elaborar parecer técnico-jurídico contendo: (i) a identificação das obrigações que competem à Funai; (ii) a definição das responsabilidades atribuíveis às empresas contratadas; e (iii) a indicação da necessidade de reforço dos normativos internos sobre segurança e condições de trabalho.

1.5. Ao final, o Colegiado deliberou, por unanimidade, pela não assinatura do TAC proposto, optando pela adoção de medidas internas voltadas à regulamentação das condições de segurança e trabalho, sem prejuízo da continuidade do diálogo institucional com o MPT.

1.6. À PFE - Funai para providências subsequentes.

2. PROCESSO N.º 08620.011252/2025-35 - REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI

2.1. Discutiu-se, ainda, quanto ao erro material identificado no Decreto n.º 12.581, de 6 de agosto de 2025 que, por equívoco, retirou a DAGES do rol da Diretoria Colegiada da Funai.

2.2. Diante disso, deliberou-se que a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai (PFE/Funai) deverá elaborar minuta de expediente a ser encaminhado à Presidência da República, solicitando a devida retificação do referido Decreto, tendo em vista tratar-se de erro material.

2.3. À PFE para providências subsequentes.

3. INFORMES GERAIS

3.1. A Presidenta apresentou informações referentes à visita do Presidente do Supremo Tribunal Federal à Terra Indígena Yanomami, destacando diversos pontos relevantes observados durante a ocasião, mencionando: a solicitação de placas de sinalização pela comunidade, as queixas relacionadas à segurança alimentar, a presença indevida de bois em áreas de cultivo; e a necessidade de reforço por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) nas ações de controle da malária, incluindo a recomendação para realização de exames preventivos e fornecimento adequado de medicamentos.

3.2. A Presidenta relatou, ainda, dificuldades recorrentes no controle e na autorização de ingressos em Terras Indígenas, citando casos recentes de entradas realizadas sem a devida autorização formal, o que gerou questionamentos por parte das lideranças indígenas locais.

3.3. Diante desse cenário, orientou o reforço dos procedimentos internos, especialmente junto às Frentes de Proteção Etnoambientais e Coordenações Regionais, de modo a assegurar a comunicação prévia e a análise adequada dos pedidos de ingresso, em conformidade com a legislação vigente.

3.4. Na sequência, a Diretora da DAGES apresentou informações relativas aos terceirizados, especificamente sobre os cargos de técnico em secretariado, auxiliares e assistentes administrativos. Informou que está em andamento um levantamento geral dos postos de trabalho, e que, em breve, será apresentada proposta de readequação, com vistas a atender às demandas das novas Diretorias criadas pela recente reestruturação da Funai.

3.5. Por fim, o CGGE informou que será realizada, no dia 29 de outubro de 2025, na Sede da Funai, reunião para apresentação da Carta de Serviços da Fundação, com a presença de representantes da Controladoria-Geral da União (CGU). A Presidenta foi formalmente convidada a participar do evento.

Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a 31ª Reunião da Diretoria Colegiada da FUNAI de 2025. Estes foram os termos da reunião, ocorrida em 15 de setembro de 2025. Encaminhe-se para assinatura dos membros da Diretoria Colegiada.

JOENIA WAPICHANA
PRESIDENTA

**LUCIA ALBERTA ANDRADE
DE OLIVEIRA**
DIRETORA DIGAT

**MARIA JANETE ALBUQUERQUE
DE CARVALHO**
DIRETORA DPT

**MISLENE METCHACUNA
MARTINS MENDES**
DIRETORA DAGES

PAGU RODRIGUES DA SILVA
DIRETORA DHPS

MANOEL BATISTA DO PRADO JUNIOR
DIRETOR DIDEM

Brasília - DF, 08 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**, Diretor(a), em 26/11/2025, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Batista do Prado Junior, Diretor(a)**, em 27/11/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mislene Metchacuna Martins Mendes, Diretor(a)**, em 27/11/2025, às 22:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pagu Rodrigues da Silva, Diretor(a)**, em 01/12/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joenia Wapichana, registrada civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente**, em 02/12/2025, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9126984** e o código CRC **C758E564**.
